

Conservadorismo, política e religião: negociações de sentido no interior da frente parlamentar evangélica do congresso nacional entre os anos de 2023 e 2025

Conservatism, politics, and religion: negotiations of meaning within the evangelical parliamentary front in the national congress between 2023 and 2025

Fernando Seffner¹
Kelvi da Silva Oliveira²

RESUMO

O estudo analisa as interações entre conservadorismo, política e religião no Congresso Nacional brasileiro, centrando-se nas negociações de sentido e disputas narrativas promovidas pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE) entre 2023 e 2025. A partir de uma abordagem qualitativa, foram examinadas entrevistas disponíveis no *YouTube* de 12 parlamentares da FPE que apresentam atuação expressiva nas dinâmicas do legislativo, seja por sua visibilidade pública ou pelo protagonismo em pautas associadas à frente, na convergência entre política e religião. O estudo adotou duas categorias centrais, moralidade e tradição, que evidenciam discursos voltados à defesa da família, da fé cristã e da ordem social, em contraposição a pautas progressistas, relacionadas a gênero, sexualidade e direitos reprodutivos. Os resultados indicam que, embora composta por diferentes partidos e tradições religiosas, a frente contribui para a consolidação do conservadorismo, tensionando o princípio da laicidade e reforçando a hegemonia de discursos moralizantes no cenário político nacional.

Palavras-chave: Conservadorismo; Política; Religião; YouTube.

ABSTRACT

The study analyzes interactions among conservatism, politics, and religion in the Brazilian National Congress, focusing on meaning-making negotiations and narrative disputes promoted by the Evangelical Parliamentary Front (FPE) between 2023 and 2025. Using a qualitative approach, interviews available on YouTube with 12 FPE parliamentarians, selected for their prominent roles in legislative dynamics, public visibility, or leadership on issues associated with the front at the intersection of politics and religion, were examined. The study adopted two central categories, morality and tradition, which highlight discourses defending the family, the Christian faith, and social order, in opposition to progressive agendas related to gender, sexuality, and reproductive rights. The results indicate that, although composed of different parties and religious traditions, the front contributes to the consolidation of conservatism, strains the principle of secularism, and reinforces the hegemony of moralizing discourses in the national political arena.

Keywords: Conservatism; Politics; Religion; YouTube.

¹ Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Departamento de Ensino e Currículo. Docente e orientador junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) na linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Especialista em Docência do Ensino em Direitos Humanos - IFEL (2025). Graduado em Licenciatura em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF (2024).

Introdução

As eleições gerais de 2018 no Brasil consolidaram uma tendência crescente que já se tornara visível nos anos anteriores: o fortalecimento do apoio ao conservadorismo por parte expressiva da população brasileira, e produzindo como resultado a eleição igualmente expressiva de parlamentares e gestores do Poder Executivo alinhados a tais princípios. Esse movimento abriu espaço para a ascensão de discursos de viés político-moral conservador, que, ao buscar uma dominação estética da política e da religião, reconquistaram protagonismo no debate público. Com isso, reacendeu-se a retórica de que a chamada “onda conservadora”, entendida como a defesa dos valores tradicionais, da moral cristã, da família e, de modo um tanto paradoxal, da centralidade do mercado e do relativo apagamento do Estado, seria o único modelo legítimo de representação capaz de fortalecer a nação.

Esse processo anda de braços dados com o conservadorismo, entendido aqui de forma multidimensional, articulando dimensões histórica, moral, teológica e político-partidária. No plano histórico, ele se relaciona com a preservação das tradições e da ordem social já estabelecida; sob o aspecto moral e teológico, enfatiza a centralidade da religião cristã como fundamento da vida coletiva; e, na dimensão político-partidária, sustenta que a intervenção do Estado deve ser mínima, limitada à manutenção das estruturas sociais como família, religião e propriedade privada, ao mesmo tempo em que promove a autonomia individual e a liberdade pessoal. Essa perspectiva associa o sucesso político à centralidade da política como instrumento de resolução de problemas sociais, ao mesmo tempo em que a religião cristã fornece a base moral e espiritual que legitima tais estruturas.

Burity (2018) descreve a onda conservadora como um movimento de tendência crescente, frequentemente articulado com valores e práticas tradicionais, geralmente em oposição a avanços progressistas ou mudanças sociais recentes. Essa onda caracteriza um período de forte ascensão das ideologias conservadoras, com nítida tendência para a posição de extrema direita, especialmente nas esferas religiosa, política e até nas relações pessoais. Ela se apresenta como um fenômeno tanto reativo quanto proativo: reativo por se opor às transformações sociais vistas como negativas ou ameaçadoras, e proativo por buscar restaurar ou reverter esses processos, com ênfase em valores supostamente tradicionais, como a moral religiosa e o nacionalismo. No contexto brasileiro, assim como em outras nações, está em curso um processo de redefinição política, no qual as ideologias conservadoras se fortalecem e buscam não apenas preservar, mas expandir sua influência sobre as estruturas do Estado, da sociedade e das instituições democráticas.

A governabilidade neoliberal se construiu a partir de um casamento entre os interesses de mercado e a racionalidade econômica neoliberal, sendo também profundamente influenciada pelo pensamento conservador. Essa combinação de ideologias resultou em uma forma de governança que busca minimizar a intervenção do Estado na economia, privilegiando as forças do mercado, a liberdade individual que estimula o empreendedorismo e a redução do papel do Estado na área do cuidado, o que mobiliza a família como instituição para a qual se privatizam muitas das funções extintas. O neoliberalismo, com sua ênfase em políticas de privatização, desregulamentação e austeridade fiscal, encontrou no conservadorismo um aliado natural, especialmente no que diz respeito à preservação de valores sociais tradicionais e à restrição da ação do Estado nas esferas da vida privada e pública, enaltecendo a organização familiar como tendo precedência em relação à autonomia escolar (Costa, 2009; Tótor, 2011).

Diversos políticos de relevância mundial, explicitamente alinhados ao campo conservador, adaptam seus discursos de governo, seja na disseminação do lema “Deus, Pátria e Família”, como foi visto em regimes históricos, como o de António Salazar³ (1932-1968) em Portugal, ou na retórica contemporânea de figuras como Giorgia Meloni⁴ (2022 - atual) na Itália, Donald Trump⁵ (2017 - 2021; 2025 - atual) nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro⁶ (2019 - 2022) no Brasil e Viktor Orbán⁷ (1998 - 2002; 2010 - atual) na Hungria. Em outros casos, chama atenção candidatos que, mesmo derrotados, mantêm uma base eleitoral consolidada e um discurso fortemente alinhado ao pensamento conservador. Lembra-se aqui o candidato derrotado em eleição anterior e agora vencedor na disputa à presidência do Chile, José Antonio Kast⁸ (2017, 2021), e a candidata à presidência da França, Marine Le Pen⁹ (2012, 2018, 2022). Esses líderes adaptam seus discursos, explorando temas como nacionalismo, patriotismo, identidade religiosa e tradições familiares, a fim de mobilizar apoio e consolidar suas bases políticas (Burity, 2018). A Figura 1 a seguir ilustra visualmente essa estratégia discursiva, destacando a simbologia dos valores compartilhados que reforçam a agenda conservadora e atraem apoio popular.

Figura 1: Discurso conservador



Fonte: Porco espírito (2020)¹⁰.

O pensamento conservador não é homogêneo, assim como não são unânimes as interpretações que dele derivam. Na tentativa de se consolidar no debate público, o

³ “Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a Pátria e a sua história. Não discutimos a autoridade e o seu prestígio. Não discutimos a família e a sua moral. Não discutimos a glória do trabalho e o seu dever” (Barbosa, 2018).

⁴ “Sim à família natural, não aos lobistas LGBT. ‘Sim’ à identidade sexual, ‘não’ à ideologia de gênero” (CNN Espanhol, 2022).

⁵ “Fui salvo por Deus para tornar a América grande novamente” (Lutz, 2025).

⁶ “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não! O Estado é cristão, e a minoria que for contra que se mude” (AFP, 2018).

⁷ “Se as famílias tradicionais desaparecerem, nada poderá salvar o Ocidente” (Hungarian..., 2022).

⁸ “A família é a base da sociedade, e deve ser protegida pelo Estado” (Taddeo, 2021).

⁹ “O casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma ameaça à família tradicional” (Fornada..., 2025).

¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3320195584739206&id=142751875816942&set=a.232492023509593>. Acesso em: 27 jul. 2025.

conservadorismo se manifesta com base em diferentes níveis e fundamentos argumentativos, articulando-se, segundo Almeida (2019), em pelo menos quatro linhas de força social: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante. Embora os conservadores não apresentem consenso em relação a todos esses pontos, há um forte apreço pela ideia de preservação dos valores tradicionais, entendida como a necessidade de proteger a nação de forma intensificada. Essa compreensão está enraizada em processos e conceitos históricos específicos, sobretudo na defesa da conservação das instituições pela via da prudência, em nome da ordem.

Ao tematizar questões como política e religião com o objetivo de monopolizá-las como ferramentas discursivas de imposição ideológica, o pensamento conservador identifica nesses campos dois grupos de grande apelo popular, cuja eficiência se dá por meio do sentido religioso e, em alguns casos, político. Entre esses grupos, a religião cristã, especialmente de matriz evangélica e protestante, bem como o catolicismo carismático, ganha destaque, com denominações como a Igreja Renascer em Cristo (IRC), Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Sara Nossa Terra (SNT), Batista da Lagoinha (IBL), Adventista do Sétimo Dia e Catedral do Avivamento (IASD), que gozam de forte adesão popular. Esse apoio é sustentado por razões de autoridade, história e tradição europeia, com raízes profundas no ambiente católico conservador. Nesse contexto, a religião cristã é frequentemente reconhecida como a única legítima, aquela ligada à noção de civilização ocidental, oferecendo um terreno fértil para a busca de poder e legitimidade. Grupos religiosos, com grande base social, compreendem que contar com uma liderança política que represente suas demandas é essencial para ampliar o reconhecimento e a influência de suas práticas no cenário nacional (Gomes; Bizarria; Baptista, 2024).

Existe um projeto de domínio político e religioso fundamentado na religião. A teologia do domínio propõe uma agenda estruturada por um grupo evangélico coeso, que busca reconstituir a teocracia na sociedade contemporânea, com ênfase na realização da predestinação que coloca cristãos e cristãs em posições de poder, nas presidências, ministérios, parlamentos, lideranças estaduais, provinciais e municipais, e nas cortes supremas, com o objetivo de influenciar a vida pública. Esse projeto, embora pareça homogêneo, na verdade abrange um conjunto de crenças que vai desde as mais radicais até as mais moderadas, com contradições internas. Pode-se afirmar que todo reconstrucionista é, por definição, dominionista, mas nem todo dominionista segue a perspectiva reconstrucionista (Pereira, 2023; Xavier, 2024).

No Brasil, a partir de 2018, observou-se um crescimento expressivo no número de parlamentares com vínculos religiosos. Segundo levantamento realizado pelo G1, 53% dos parlamentares naquela legislatura se identificavam como católicos. (G1, 2018; Damé, 2018). Segundo o ISER (2025), com base nos dados do Censo de 2022, o total de católicos e evangélicos representa 83,8% da população brasileira. Ao analisar comparativamente os números do Censo ao longo de 40 anos, entre 1980 e 2022, observa-se uma queda de 12 pontos percentuais no número de cristãos. Esses grupos frequentemente defendem a religião cristã como um pilar essencial e virtuoso para a condução da vida pública. Parafraseando Kirk (2021, p. 88), embora nem todos os conservadores sejam evangélicos e nem todos os evangélicos sejam conservadores, essa distinção ajuda a desconstruir a ideia de que as agendas religiosa e conservadora estejam necessariamente alinhadas ou constituam um único movimento. Atualmente, o termo “conservador” ganhou destaque no campo político, sendo associado não apenas à popularidade, mas também ao orgulho identitário de seus defensores. Segundo Cunha (2019), políticos conservadores dominam os debates nas redes sociais e

conseguem mobilizar pautas de grande apelo nacional, como a preservação da ordem, a valorização da família tradicional e a defesa da moralidade.

Ao mesmo tempo, rejeitam temas que associam à degradação da sociedade, como o que denominam de ideologização do ensino, a defesa do aborto, a abordagem de questões de gênero e sexualidade na escola e nos meios de comunicação, o comunismo e a corrupção. Essa capacidade retórica tornou-se um recurso estratégico poderoso, que garante aos conservadores ampla ressonância social, algo que, em comparação, é menos recorrente entre representantes do campo progressista. O presente artigo tem como objetivo analisar as negociações de sentido e as disputas narrativas entre os campos da política partidária, das manifestações religiosas e do pensamento conservador, a partir de declarações públicas de lideranças políticas nacionais que integram a Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Consideram-se deputados e deputadas com posições distintas e diferentes níveis de participação na frente, todos vinculados à Câmara dos Deputados, cujas manifestações foram coletadas no período de 2023 a 2025. Parte-se do pressuposto de que a FPE constitui um espaço privilegiado de intersecção entre religião, ações político-partidárias e pensamento conservador, expressando com clareza as dinâmicas e tensões próprias desse cruzamento.

Cascione e Araújo (2019), ao analisarem as frentes parlamentares temáticas, destacam sua relevância no que pode ser compreendido como um processo de “plataformização” da atuação política, no qual os discursos e posicionamentos são continuamente ajustados em função das negociações no interior das bases legislativas. Segundo os autores, a expressiva proliferação dessas frentes decorre, em grande medida, da baixa exigência institucional para sua formalização. No Brasil, assim como em outros contextos, tais frentes desempenham um papel complementar ao dos partidos políticos, ao possibilitarem a organização da ação parlamentar em torno de temas específicos. Ademais, caracterizam-se por sua flexibilidade organizacional: não requerem funcionamento contínuo para sua existência formal, tampouco impõem exclusividade aos parlamentares, permitindo a adesão simultânea a múltiplas frentes com agendas distintas. Considerando-se que essas organizações não substituem os partidos na estruturação de coalizões governamentais, impõe-se a indagação acerca das possíveis implicações de estratégias políticas que se estruturam em torno dessas instâncias no contexto brasileiro.

Embora composta majoritariamente por parlamentares ligados ao segmento evangélico, a FPE é uma frente mista, integrada por membros das duas casas congressuais. Fundada em 18 de setembro de 2003, a FPE surgiu da ação conjunta de parlamentares evangélicos que, naquele ano, uniram-se para criar um grupo suprapartidário, reunindo representantes de diferentes legendas com um denominador comum: a defesa de pautas conservadoras e religiosas (Maia, 2012). A partir de 2015, a FPE passou por uma reconfiguração em seu desenho organizacional, ao flexibilizar o critério confessional que inicialmente delimitava sua composição. A incorporação de parlamentares não evangélicos indica uma transição de uma articulação predominantemente identitária para um arranjo político mais amplo e pragmático. É importante notar que nem todos os signatários da Frente atuam efetivamente em suas pautas, de modo que a adesão formal não necessariamente se traduz em participação ativa. Tal movimento pode ser interpretado como estratégia de fortalecimento institucional, orientada à ampliação da capacidade de influência legislativa, à formação de maiorias circunstanciais e à consolidação de uma coalizão supraconfessional em torno de agendas morais conservadoras no Congresso Nacional.

Essa reconfiguração organizacional é analisada por Possmozer (2023), que demonstra que, a partir da metade da década de 2010, a FPE passou a operar com critérios de adesão mais flexíveis, ampliando sua base para além da identidade confessional estrita. Essa inflexão não apenas alterou o perfil formal de seus integrantes, mas também redefiniu padrões de atuação e articulação legislativa, evidenciando um processo de institucionalização mais complexo e estratégico da Frente no interior do Congresso Nacional. A ampliação da filiação, nesse sentido, aparece como parte de um movimento de consolidação política que reforça sua capacidade de coordenação e incidência sobre a agenda pública.

Segundo levantamento do Observatório do Legislativo Brasileiro, divulgado por Gershon (2022) com base na composição da legislatura em exercício à época da coleta dos dados, nem todos os integrantes da FPE se declaravam evangélicos. Os evangélicos representavam 46% da composição da frente, enquanto os católicos correspondiam a 43%, sendo os demais parlamentares vinculados a outras tradições religiosas. Do total de 215 Deputados Federais então integrantes da frente, 34 eram mulheres e 181 homens. Todos os estados e o Distrito Federal possuíam representantes na FPE, destacando-se São Paulo (32), Minas Gerais (22) e Rio de Janeiro (21), que concentram os maiores colégios eleitorais do país. É importante pontuar que a criação de frentes parlamentares requer a participação de um terço do Congresso Nacional, o que pode explicar a falta de consistência na atuação de muitos de seus membros, recrutados a participar, mas com outros focos de atenção nas pautas do legislativo. Além disso, os integrantes evangélicos da frente não formam um grupo homogêneo em termos de filiação e interesses: eles se distribuem entre diferentes denominações, como batistas, pentecostais e presbiterianos, e, dentro de algumas igrejas, pertencem a distintos ministérios, convenções ou lideranças regionais. Essa diversidade interna contribui para variações nas prioridades e estratégias de atuação legislativa entre os membros da FPE, mesmo quando compartilham pautas conservadoras comuns.

A partir desse quadro, torna-se possível compreender as frentes parlamentares como mecanismos que operam menos como arenas deliberativas neutras e mais como dispositivos de coordenação política. Por meio delas, parlamentares se alinham em torno de agendas específicas, viabilizando a formação de maiorias ocasionais e a atuação coesa em temas prioritários, sobretudo aqueles vinculados a valores morais e culturais. Esse funcionamento não se restringe ao interior do Parlamento, articulando-se também com atores externos, como lideranças religiosas e organizações da sociedade civil, o que amplia sua capacidade de pressão e sua incidência sobre a agenda pública. A adesão a essas frentes responde a cálculos estratégicos que combinam identidade, representação e ganho político, estando relacionada à busca por visibilidade, legitimidade junto a bases eleitorais específicas e fortalecimento em disputas legislativas (Ribeiro, 2024a; Ribeiro, 2024b).

A ascensão nos últimos anos, especialmente no contexto da política brasileira, do conservadorismo religioso e da teologia do domínio, conceitos centrais nesse debate, não só constituem um desafio à diversidade religiosa do país, mas também uma ameaça à integridade do princípio da laicidade, um pilar constitucional que garante a separação entre Estado e Igreja. Mariano (2011), ao analisar a instituição da laicidade no Brasil, define-a como uma realidade pluridimensional que abrange questões políticas, jurídicas, culturais e sociais. Para ele, a laicidade brasileira é um recurso discursivo vital para assegurar a legitimidade do debate político, sendo que, nas disputas, tanto religiosos quanto laicos buscam assegurar a validade de sua interpretação do princípio e de seus respectivos valores. Nesse sentido, a laicidade não é apenas uma proteção contra intervenções abusivas do Estado nas religiões ou vice-versa, mas uma salvaguarda da pluralidade e da convivência democrática.

A laicidade diz respeito à autonomia do Estado em relação às instituições religiosas, configurando-se como um princípio político que busca garantir a neutralidade na esfera pública. Em essência, significa que o poder estatal não deve se legitimar em fundamentos sagrados nem privilegiar determinada religião. Essa postura implica que as normas civis e as instituições públicas funcionem de modo independente das doutrinas religiosas, assegurando igualdade de tratamento a diferentes crenças e a quem não professa nenhuma fé. A laicidade não é apenas ausência de religião no Estado, mas a criação de um espaço público pautado por regras seculares e universais, capazes de acolher a diversidade de convicções existentes em uma sociedade (Ranquetat Júnior, 2008). Parte-se aqui da hipótese de que a crescente polarização no cenário nacional tem reforçado a associação entre o conservadorismo e questões político-religiosas. Entende-se que os conservadores tendem a associar os “verdadeiros valores” a uma postura moralizante, frequentemente representada por figuras situadas à direita do espectro político, seja no campo institucional, seja em lideranças religiosas. Esses dois segmentos, político e religioso, atuam com diferentes estratégias e graus de intensidade na promoção desses valores, contribuindo para a consolidação de uma identidade conservadora que transita entre o discurso público e a crença privada.

Este artigo está estruturado em três partes, com o objetivo de analisar as interações entre a política partidária, as manifestações religiosas e o pensamento conservador no interior da FPE. Na primeira parte, descreve-se o percurso metodológico, baseado em uma abordagem qualitativa e descritiva, com coleta de dados realizada a partir de vídeos publicados no YouTube. Foram considerados, nesse contexto, deputados e deputadas com posições distintas no interior da FPE. A partir desse recorte, foram selecionados 12 parlamentares, cuja análise seguiu os critérios da Análise de Conteúdo (AC). Na segunda parte, apresentam-se os conceitos teóricos centrais de análise, essenciais para o desenvolvimento das discussões, além das categorias moralidade e tradição, cujo entrecruzamento ocorre a partir de aspectos sociais e culturais, revelando a emergência de desejos e valores que integram a constituição identitária dos parlamentares. Ou seja, analisa-se o material ao mesmo tempo que são apresentadas as categorias teóricas que auxiliam a tal tarefa. A questão que orienta a análise é: de que maneira o conservadorismo, articulado no âmbito da FPE, influencia a atuação política dos parlamentares entre 2023 e 2025? Retoma-se esta questão nas considerações finais, terceira e última parte do artigo.

1. Percurso metodológico

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, utilizando vídeos da plataforma digital *YouTube* como instrumento para a coleta de narrativas a serem analisadas. A escolha da plataforma se justifica pela facilidade de acesso a conteúdos relacionados aos parlamentares que integram a FPE. O *YouTube* é reconhecido pela dominância entre conservadores e sujeitos de extrema-direita, cujos conteúdos frequentemente estão pautados em extremismos e radicalizações. Ao promover uma visão política alinhada aos ideais conservadores, a plataforma atrai uma audiência ampla¹¹,

¹¹ Estudos do *Pew Research Center* indicam que 28 % dos influenciadores de notícias no YouTube se identificam como de direita/conservadores, mais do que aqueles de esquerda (21 %) ou outras orientações (4 %), e a plataforma possui mais de 2 bilhões de usuários ativos mensais, com cerca de 25 % dos adultos norte-americanos consumindo regularmente conteúdo político por meio dela, indicando um amplo alcance de conteúdos políticos na plataforma (Stocking, 2024).

principalmente devido à viralização de temas polêmicos. Isso, por sua vez, fortalece ainda mais o discurso conservador, criando um ciclo de amplificação (Randall *et al.*, 2024).

Criado em 2005 e adquirido pela *Google* em novembro de 2006 (Lopes; Ribeiro; Vargas, 2024), o *YouTube* se destaca por sua ampla acessibilidade, sendo um repositório eficaz para a coleta de narrativas, percepções e compreensões dos participantes em relação às questões que orientam este estudo. Por essa razão, optou-se pelo *YouTube* como meio de obtenção dos dados qualitativos que fundamentam a pesquisa. Conforme Neves (1996), abordagens desse tipo possibilitam a compreensão e interpretação de fenômenos sociais a partir dos significados e contextos que emergem nas dinâmicas contemporâneas. Trata-se, assim, de um método crucial para a análise das interações e experiências individuais dos sujeitos envolvidos.

A principal atenção desta pesquisa recai sobre como a associação entre conservadorismo e os campos da política e da religião se manifesta no período de 2023 a 2025. A seleção dos vídeos considerou deputados e deputadas com posições distintas dentro da FPE, com diferentes níveis de participação, que realizaram manifestações públicas sobre o tema, todos integrantes da frente, atualmente composta por 215 deputados federais e 26 senadores (Dos Deputados, 2025). A definição da lista de parlamentares analisados nesta pesquisa considerou alguns critérios específicos. A partir da identificação dos membros da FPE, utilizando os sistemas de busca da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, foram selecionados os parlamentares que mais ocupam posições de fala nas atividades legislativas. Esse destaque decorre, em alguns casos, do fato de exercerem funções como líderes partidários, participarem com frequência das sessões plenárias, subirem à tribuna com regularidade ou representarem suas bancadas em debates relevantes. Para os fins desta análise, será estudado um grupo de 12 parlamentares da Câmara dos Deputados, conforme demonstra o Quadro 1 a seguir.

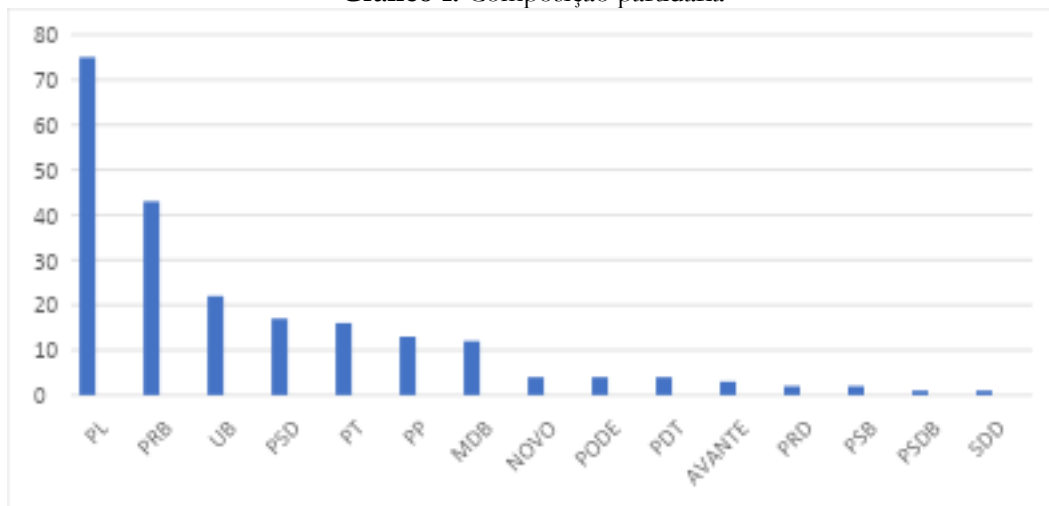
Quadro 1: Parlamentares que integram a pesquisa

Parlamentar	Partido	UF	Religião	Portal
Sóstenes Cavalcante	Partido Liberal (PL)	Rio de Janeiro (RJ)	Evangélica	Roda Viva
Reginaldo Lopes	Partido dos Trabalhadores (PT)	Minas Gerais (MG)	Evangélica	Poder 360
Delegada Ione	Avante	Minas Gerais (MG)	Evangélica	O lado B de Brasília
Pastor Eurico	Partido Liberal (PL)	Pernambuco (PE)	Evangélica	Pastor Eurico
Danielle Cunha	União Brasil (UB)	Rio de Janeiro (RJ)	Evangélica	Poder360
Marcos Feliciano	Partido Liberal (PL)	São Paulo (SP)	Evangélica	Iang TV
Coronel Assis	União Brasil (UB)	Mato Grosso (MT)	Católica	Opinião MT
Kim Kataguirí	União Brasil (UB)	São Paulo (SP)	Evangélica	Redevida
Marcos Pereira	Republicanos (PRB)	São Paulo (SP)	Evangélica	Roda Viva
Otoni de Paula	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	Rio de Janeiro (RJ)	Evangélica	Pânico
Ricardo Salles	Novo	São Paulo (SP)	Evangélica	Brasil Paralelo
Messias Donato	Republicanos (PRB)	Espírito Santo (ES)	Evangélica	Messias Donato

Fonte: Quadro elaborado pelos autores (2025).

Após a delimitação do *corpus*, a análise foi conduzida com base nos critérios da Análise de Conteúdo (AC), com ênfase na interpretação de comportamentos sociais, seguindo os referenciais teóricos de Bardin (2016) e Laurence (2018), que orientam a categorização, codificação e interpretação de dados qualitativos. As 12 lideranças políticas selecionadas apresentam retórica e/ou identificação com o campo evangélico cristão. Todos os parlamentares possuem mandato ativo na Câmara dos Deputados na data de elaboração deste artigo (2025), tendo sido eleitos ou reeleitos para a legislatura de 2022-2026. As entrevistas analisadas referem-se ao período de 2023 a 2025, correspondente à legislatura em vigor no momento da escrita do artigo. No conjunto dos parlamentares selecionados, observa-se uma pluralidade em seus perfis, tanto em relação aos partidos, que totalizam sete diferentes, quanto às ideologias e aos estados da federação que representam. Torna-se, portanto, relevante verificar se as posições dos membros da frente convergem com os princípios do conservadorismo. A seguir, apresenta-se o Gráfico 1, que ilustra a composição partidária dos parlamentares incluídos na pesquisa.

Gráfico 1: Composição partidária



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores (2025) a partir dos dados disponíveis na página eletrônica da Câmara dos Deputados.

A heterogeneidade partidária observada na composição dos partidos indica que a FPE não se restringe a um segmento partidário exclusivo, mas articula parlamentares de diferentes legendas em torno de pautas comuns. No Quadro 2, apresentam-se as características dos vídeos analisados, incluindo a chamada de cada vídeo, a data da entrevista disponibilizada pelo parlamentar, a duração, o número de comentários, as visualizações e o link de acesso. O objetivo é demonstrar o alcance e a visibilidade dos parlamentares, bem como analisar sua postura retórica diante das percepções políticas e religiosas.

Quadro 2: Características dos vídeos

Vídeos (chamada)	Data da entrevista	Tempo de entrevista	Número de comentários em 23/07/2025	Número de visualizações em 23/07/2025	Link
1. RODA VIVA SÓSTENES CAVALCANTE	30/06/2025	1:36:09	587	43 mil	https://www.youtube.com/watch?v=7qOmEWAgoY4
2. Poder Entrevista: deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG)	21/09/2024	35:44	12	845	https://www.youtube.com/watch?v=OuLidfESyR8
3. Deputada Delegada Ione contra o machismo	26/04/2023	39:50	0	94	https://www.youtube.com/watch?v=2i8OF_v9ZWM
4. Entrevista com Deputado Federal PASTOR EURICO	01/07/2024	41:03	3	252	https://www.youtube.com/watch?v=ab53KxCiApY
5. Poder Entrevista: Danielle Cunha (União Brasil-RJ), deputada federal eleita	22/10/2023	27:58	21	9.2 mil	https://www.youtube.com/watch?v=7V-RZ8PhX04
6. ESSA ENTREVISTA VAI FICAR PARA A HISTÓRIA DO IANG CAST] - PR. MARCO FELICIANO NO IANG CAST	22/04/2025	2:02:49	358	119 mil	https://www.youtube.com/watch?v=4sUYICGyhcg
7. Dep. Federal Coronel Assis – PolCast	18/04/2024	35:57	0	57	https://www.youtube.com/watch?v=TzwptAY8rtg
8. Kim Kataguirí, Deputado Federal do União/SP - Frente a Frente	09/07/2025	45:00	204	19 mil	https://www.youtube.com/watch?v=NMdI8h2Wosk
9. Roda Viva Marcos Pereira	25/09/2023	1:47:10	85	24 mil	https://www.youtube.com/watch?v=YrabrS3IS5g
10. DEP. OTONI DE PAULA DESCE A LENHA NO PÂNICO; CONFIRA NA ÍNTEGRA	10/07/2023	37:50	1.642	167 mil	https://www.youtube.com/watch?v=MAzKPYIuZbl
11. ENTREVISTA COM RICARDO SALLES BP ENTREVISTA AO VIVO	28/03/2025	1:09:34	151	29 mil	https://www.youtube.com/watch?v=g5DHroUGJKc
12. ENTREVISTA COM MESSIAS DONATO	09/07/2025	21:44	0	10	https://www.youtube.com/watch?v=piMiSiTySyNM

Fonte: Quadro elaborado pelos autores (2025).

Percebe-se uma dualidade entre os parlamentares selecionados nesta pesquisa, especialmente no que se refere ao alcance de suas atuações. Alguns demonstram forte influência e presença no Congresso Nacional, mas mantêm pouca atividade nas redes sociais, como é o caso do líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), bem como das duas parlamentares analisadas: Delegada Ione (AVANTE-MG) e Danielle Cunha (UB-RJ), que também integram o grupo de congressistas com baixo engajamento digital. Isso indica que sua força política se concentra predominantemente dentro do parlamento, em detrimento da esfera digital. Por outro lado, há aqueles que sobressaem justamente pelo desempenho digital, como o Pastor Marco Feliciano (PL-SP). A amostra adotou o critério de conveniência, contemplando tanto parlamentares com ampla visibilidade nas plataformas digitais quanto aqueles que, embora apresentem baixo engajamento *online*, exercem significativo poder político dentro da Câmara dos Deputados, ainda que não estejam associados a estratégias de comunicação digital estruturadas ou à figura do chamado candidato digital.

Considera-se aqui um candidato digital aquele que conduz sua campanha principalmente por meio de ferramentas digitais, como *sites*, redes sociais, *microsites*

informativos, aplicativos e outras interfaces *online* voltadas à comunicação, mobilização e arrecadação de apoio. Já o candidato físico é aquele cujo protagonismo se manifesta principalmente por estratégias tradicionais e presenciais, como comícios, debates em rádio e TV, eventos de base ou atuação institucional junto a redes políticas consolidadas. Apesar de poder exercer forte influência política, esse tipo de candidato não necessariamente adota ou prioriza estratégias digitais estruturadas. De forma análoga, o partido digital fortalece seu funcionamento, filiação e comunicação, por meio de ferramentas digitais, utilizando sistemas de filiação *online*, diretórios integrados com *WhatsApp*, *microsites* e outros mecanismos tecnológicos que assumem centralidade nas interações partidárias (Verner, 2021; Castro, 2021).

Para a produção dos dados, utilizaram-se planilhas do *Microsoft Excel*, organizadas pelo nome dos parlamentares. Os vídeos selecionados foram assistidos integralmente e, por meio desse material, extraíram-se unidades de registro relacionadas ao campo do conservadorismo, com o objetivo de analisá-las à luz dessa proposta política. Após o processo de unitarização, os dez vídeos resultaram em 130 unidades, que constituem o *corpus* de análise deste estudo.

2. Análise de conteúdo e categorias desenvolvidas

Os dados foram analisados na perspectiva da Análise de Conteúdo (AC), que, segundo Bardin (1977), busca compreender o que foi dito ao longo da investigação, construindo e apresentando concepções a partir do objeto de estudo. Trata-se de um conjunto de técnicas que visa obter, mediante a descrição do conteúdo, indicadores que possibilitem inferências relacionadas às condições de produção e ao contexto do material analisado. A AC desenvolve-se em três etapas principais: a) pré-análise; b) exploração do material (codificação e categorização); c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O elemento central da análise consiste na identificação de temas que se relacionam com os objetivos do estudo, evidenciando sua viabilidade analítica.

Inicialmente, realizou-se a pré-análise, com a observação do material disponível. Na sequência, definiram-se as categorias de análise, essenciais para organizar o *corpus* em agrupamentos temáticos coerentes (Bardin, 1977; Ander-Egg, 2003). Para fins deste artigo, apresenta-se uma grade composta por duas lupas de análise, elaborada com o propósito de oferecer um panorama da atuação do campo conservador e sua possível relação com os ambientes político e religioso. Após selecionarem-se os vídeos, as narrativas foram organizadas segundo os procedimentos da Análise de Conteúdo (AC), estabelecendo-se unidades de registro e, posteriormente, categorias de análise para orientar a seleção e a classificação dos dados. Dessa sistematização, emergiram duas categorias analíticas principais, moralidade e tradição, que possibilitaram o agrupamento dos dados por similaridade, evidenciando diferentes perspectivas e variações nos discursos dos parlamentares analisados. A escolha dessas categorias fundamenta-se em termos que, sob uma perspectiva teórico-conceitual, dialogam com os seguintes campos: i) tradição e filosofia conservadora; ii) pensamento religioso; iii) vida política brasileira.

A primeira categoria está associada a termos como família, predomínio da religião e valores; já a segunda, a conceitos como cultura, normas, prudência e instituição das leis, fortalecendo uma abordagem de cunho histórico a partir das questões de ordem social.

Ambas são representativas no campo do conservadorismo e estão relacionadas às narrativas presentes nos vídeos analisados.

3. Manifestações em torno da moralidade

No entrecruzamento entre os aspectos sociais e culturais da moralidade, observa-se a emergência de uma tendência vinculada a pensamentos, sentimentos, desejos e valores, os quais integram de forma constitutiva a identidade do sujeito. Conforme argumenta Pinheiro (2011), a moralidade não se configura como um conjunto de características estáveis, mas sim como um fenômeno suscetível a variações, sejam elas sutis ou significativas, em função do contexto sociocultural em que o indivíduo está inserido. Tal perspectiva é particularmente relevante, uma vez que a construção moral tende à busca de unidade, no sentido de regular os conflitos interpessoais e sociais por meio da constituição de uma hierarquia de normas e valores que regulam comportamentos. No Quadro 3 a seguir, apresentam-se algumas unidades de registro relacionadas à categoria “moralidade”, com o objetivo de subsidiar a análise proposta.

Quadro 3: Unidades da categoria moralidade

Parlamentares	Unidades de registro
Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)	"Uma das principais pautas do meu mandato é a defesa da vida, da família, e eu não vou abrir mão delas."
Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)	"Os estatutos partidários de esquerda têm uma tinta muito pesada no conteúdo ideológico, que afronta valores cristãos."
Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)	"Para mim, matar um bebê no ventre de 22 semanas é assassinato."
Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)	"Ninguém tem mais autoridade moral e histórica para falar de Estado laico do que nós, protestantes."
Danielle Cunha (UB-RJ)	"Acima de tudo, sou crente, cristã, nascida e criada na fé, e grande defensora dos nossos valores cristãos. Então, eu defendo isso antes de qualquer coisa, porque sabemos da constante ameaça às pautas que nos são caras."
Danielle Cunha (UB-RJ)	"Sou liberal na economia, mas, ao mesmo tempo, defendo o conservadorismo dos nossos valores cristãos."
Danielle Cunha (UB-RJ)	"Eu sou contra o aborto em todas as instâncias possíveis."
Pastor Eurico (PL - PE)	"Primeiro, começamos com o embate lá no show da Madonna, onde a própria filha da Madonna, de 11 anos, estava lá participando de momentos que foram cenas absurdas. Não é radicalismo, não, é a falta de respeito à família, à sociedade, e eles acham que é normal (grifo dos autores)."
Pastor Eurico (PL - PE)	"Colocaram lá [na parada LGBTI+] crianças para defender uma ideia de crianças trans, mas como provar que existem crianças trans? Não existem crianças trans. Na verdade, eles tentam fabricar uma nova ideologia, uma nova conjuntura do ser humano, e as pessoas que estão por trás disso, e até as instituições, são instituições que ferem completamente o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que aconteceu ali foi um absurdo, até porque, na área em que eles estavam, havia muitas outras coisas acontecendo."

Pastor Eurico (PL - PE)	"Todo esse grupo que defende essas ideologias tenta, cada vez mais, atingir as crianças."
Pastor Eurico (PL - PE)	"Homem nasce homem, mulher nasce mulher. A diferença está no que está entre as pernas; essa é a grande verdade."
Pastor Eurico (PL - PE)	"Se é macho, meu filho, vai para o banheiro dos machos. Ah, mas eu me acho fêmea? Vai lá rapidinho fazer teu serviço e volta para a tua vida como tu quiser. Agora, vamos respeitar."
Pastor Eurico (PL - PE)	"Nós temos aí várias pessoas que viveram comprovadamente seu momento gayzão, e tudo bem, a gente respeita, é problema deles. Mas resolveram voltar à sua vida hétero e, se quiserem voltar, têm que ser respeitados. Porque, dizem eles, uma vez gay, gay para sempre, não existe isso. Ninguém nasce gay, essa é a verdade."
Marcos Feliciano (PL - SP)	"Depois que o Brasil aprovou o divórcio, você dissolveu a célula-mãe da sociedade, que é a família."
Marcos Feliciano (PL - SP)	"Com a ascensão do feminismo, com a ascensão das feministas, melhor dizendo, radicais, com a ascensão do LGBTQIA+YG elevado ao quadrado, depois que se começaram essas mudanças culturais dentro da sociedade, você criou lacunas para que o mal também se infiltre."
Marcos Feliciano (PL - SP)	"O sexo masculino no Brasil, o homem hoje tem medo de ser homem. Essa é a verdade. É da natureza do homem galantear, é da natureza do homem conquistar, mas hoje você não pode flertar."
Marcos Feliciano (PL - SP)	"A base do cristianismo, da palavra de Deus, é que nós amamos a família."
Marcos Feliciano (PL - SP)	"E os conservadores, os senadores que se dizem conservadores, por que nunca lutaram por pautas conservadoras para a família, por exemplo?"
Coronel Assis (UB - MT)	"[...] Ter esse sentimento conservador, que luta pela família , que luta pela vida, é contra as drogas, quer um Brasil dinâmico, um Brasil aberto ao capital estrangeiro, promotor de investimentos, empregos e oportunidades (grifo dos autores)."
Kim Kataguri (UB - SP)	"Hoje, os deputados bolsonaristas estão no partido presidido pelo cara que foi preso no mensalão do Lula. E tá tudo bem, tudo bonito. Ele vai lá e discursa na Paulista do lado do Bolsonaro, dizendo: 'Vida, família, saúde'. Ele não sabe nem falar o lema: 'Pátria, família e liberdade'. Mas ele tá lá, junto com o Bolsonaro, então, hoje, ele é um cara de direita."
Marcos Pereira (PRB - SP)	"Os evangélicos são, via de regra, na grande maioria, talvez com algumas poucas exceções, pessoas de diálogo, são pessoas pacíficas, ordeiras e querem o bem da nação."
Otoni de Paula (MDB - RJ)	"Nós não podemos permitir que essa pauta gay contamine as nossas crianças."
Ricardo Salles (NOVO - SP)	"Esta roda do aumento da força de pessoas que entendem o Brasil como mais moderno, mais ágil, mais linha dura, que preserve a família , que combata a guerra cultural, que escanteie os woke e tudo mais, está acontecendo. Só que ela tem que acontecer mais rápido, mais forte, mais consistente do que a outra roda que está girando, que é a roda dos privilégios e do crime organizado (grifo dos autores)."
Messias Donato (PRB - ES)	"Se depender da nossa voz no Congresso Nacional, do nosso posicionamento, nós não iremos permitir que a nação brasileira seja conhecida como uma nação que assassina crianças no ventre de suas mães."

Fonte: Quadro elaborado pelos autores (2025).

No Quadro 3, observa-se uma discussão centrada em questões que refletem o discurso do pensamento conservador. Parlamentares de distintos partidos políticos, membros da FPE do Congresso Nacional, apresentam uma convergência retórica, sobretudo na defesa de valores morais, da edificação da fé, da segurança pública e da luta pela vida. Esses temas figuraram entre os mais recorrentes nas entrevistas analisadas, contribuindo para a naturalização da hegemonia da direita em torno de determinadas pautas. Com isso, perpetua-se a subordinação do debate público a um modelo social amplamente consolidado nesse espectro político. As unidades de registro apresentadas no Quadro 3 assumem uma tonalidade mais polêmica ao abordarem temas que, mesmo na modernidade, ainda causam impacto e controvérsia na sociedade. O discurso dos parlamentares, marcado por uma radicalização na defesa dos valores cristãos e da moralidade social, reforça a percepção de que esses atores políticos operam de forma hegemônica dentro de uma agenda partidária específica. O domínio discursivo sobre tais temas contribui para o fortalecimento do campo

da direita conservadora, uma vez que funciona como monopólio simbólico desse espectro ideológico.

Neste primeiro momento, não é possível afirmar de forma categórica a associação direta dos parlamentares ao conservadorismo, embora a literatura indique fortes vínculos entre posicionamentos políticos evangélicos e agendas conservadoras. Observa-se, no entanto, uma clara vinculação com elementos da tradição, como a valorização de um modelo específico de família e a centralidade da religião, que se refletem em seus discursos e posicionamentos no campo político-ideológico. A partir dos apelos morais observados, evidencia-se que tais discursos operam dentro de uma agenda sustentada por valores cristãos, com ênfase na defesa da família e no fortalecimento da soberania nacional. Em ambos os casos, nota-se a legitimação de um ordenamento social que é, ao mesmo tempo, defendido e reivindicado por esse espectro político.

A busca por um alinhamento político-evangélico ao conservadorismo encontra, inexoravelmente, uma série de entraves de ordem macroestrutural. Discursos como os dos deputados Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), “para mim, matar um bebê no ventre de 22 semanas é assassinato”, Messias Donato (PRB-ES), “se depender da nossa voz no Congresso Nacional, do nosso posicionamento, nós não iremos permitir que a nação brasileira seja conhecida como uma nação que assassina crianças no ventre de suas mães” e Danielle Cunha (UB-RJ), “eu sou contra o aborto em todas as instâncias possíveis”, que, ao se posicionarem contra o aborto e em defesa da vida, reforçam a centralidade da fé cristã como fundamento normativo da organização social. Esses discursos operam dentro de uma lógica dicotômica, pautada na oposição entre certo e errado, fortalecendo um apelo moral que permeia tanto as práticas legislativas quanto a mobilização simbólica desse campo ideológico. A análise dialoga com interpretações consolidadas na literatura sobre conservadorismo religioso e moralização da política, evidenciando como a moralidade funciona como base normativa das ações políticas e retóricas desses atores (Souza, 2013; Dutra, 2021; Luna, 2023).

Os movimentos pró-vida tornaram-se uma das principais bandeiras do campo conservador, assumindo centralidade no discurso de parlamentares alinhados a essa perspectiva, orientando a formulação de propostas legislativas que restringem direitos sexuais e reprodutivos, contribuindo diretamente para o avanço de políticas anti-gênero que ganharam institucionalização a partir de 2019. Relatórios do SPW (Observatório de Sexualidade e Política), coordenado por Sonia Corrêa, evidenciam que, entre 2014 e 2018, parlamentares religiosos impulsionaram dezenas de projetos de lei voltados a proibir o debate sobre gênero e sexualidade em escolas e universidades, além de restringir o acesso ao aborto legal e à saúde reprodutiva. No período do governo Bolsonaro (2019-2022), tais ofensivas se consolidaram como políticas de Estado, traduzidas em ações de censura ao termo “gênero” em documentos oficiais e no fortalecimento de alianças entre bancadas religiosas e setores conservadores, que passaram a utilizar a retórica da “defesa da família” e da “ideologia de gênero” como instrumentos centrais de mobilização política e moral (Corrêa *et al.*, 2021).

Essa narrativa reforça a dificuldade de disseminação do discurso progressista em setores amplos da sociedade, sobretudo em um país que registra recordes de crescimento evangélico. O Censo do IBGE de 2022, divulgado em junho de 2025, mostra que 26,9% da população brasileira com 10 anos ou mais, cerca de 47,4 milhões de pessoas, identificam-se como evangélicas, um salto significativo em relação aos 21,6% registrados em 2010 (cerca de 35 milhões). Apesar desse avanço, o ritmo de crescimento desacelerou, com um aumento de 5,2 pontos percentuais entre 2010 e 2022, inferior a alta de 6,5 p.p. observada na década

anterior. Toniol (2025) observa que, à medida que cresce o contingente evangélico, também se intensifica a multiplicação de denominações e templos, em um processo que articula expansão numérica e dispersão institucional. Nesse contexto, ao se identificarem como evangélicos, muitos fiéis passam a interpretar comportamentos, que escapam às normas morais e doutrinárias de suas comunidades, como práticas relacionadas à sexualidade, ao gênero, ao consumo de certas substâncias ou mesmo a modos de vida considerados “mundanos”, como desvios inaceitáveis. Essa dinâmica contribui para a consolidação de uma rigidez moral que demarca fronteiras entre o que é admitido e o que é condenado nesses espaços.

Entre as discussões que buscam evidenciar as proximidades entre religião e política no contexto conservador, destaca-se a temática da família como um dos principais focos de representação e sustentação do discurso normativo. No Quadro 3, identificam-se unidades de registro que fundamentam a associação entre o termo “família” e um viés de caráter moral, cujo significado está intrinsecamente vinculado ao pensamento conservador. Nesse contexto, as seguintes falas são exemplares:

[...] Primeiro, começamos com o embate lá no show da Madonna, onde a própria filha da Madonna, de 11 anos, estava lá participando de momentos que foram cenas absurdas. Não é radicalismo, não, é a falta de respeito à família, à sociedade, e eles acham que é normal (Pastor Eurico, PL-PE, grifo dos autores).

[...] Ter esse sentimento conservador, que luta pela família, que luta pela vida, é contra as drogas, quer um Brasil dinâmico, um Brasil aberto ao capital estrangeiro, promotor de investimentos, empregos e oportunidades (Coronel Assis, UB-MT, grifo dos autores).

[...] Esta roda do aumento da força de pessoas que entendem o Brasil como mais moderno, mais ágil, mais linha dura, que preserve a família, que combata a guerra cultural, que escanteie os *woke* e tudo mais, está acontecendo. Só que ela tem que acontecer mais rápido, mais forte, mais consistente do que a outra roda que está girando, que é a roda dos privilégios e do crime organizado (Ricardo Salles, NOVO-SP, grifo dos autores).

A pauta da família, evidenciada nas unidades de registro dos deputados Eurico, Assis e Salles, reforça a compreensão de que as questões relacionadas à moralidade e aos valores sociais estão fortemente associadas a uma estrutura patriarcal considerada “correta” dentro do discurso conservador. O patriarcado, que remonta a um período anterior ao advento do Estado, é entendido como a base estruturante de toda a vida social, sendo visto como um atributo universal da sociedade humana, no qual o poder e a dominação se organizam de forma hierárquica (Morgante; Nader, 2014). Danielle Cunha (UB-RJ) fundamenta esse discurso ao enfatizar: “eu sou contra o aborto em todas as instâncias possíveis [...] acima de tudo, sou crente, cristã, nascida e criada na fé, e grande defensora dos nossos valores cristãos. Então, eu defendo isso antes de qualquer coisa, porque sabemos da constante ameaça às pautas que nos são caras”. Essa pauta, vinculada ao conservadorismo, ganha força diante da suposta necessidade de combater desvios em relação às normas e valores herdados, buscando censurar aquilo que, segundo os fundamentos dessa ideologia, é considerado imoral.

Os dogmas religiosos de matriz cristã têm sido utilizados como base para críticas àquilo que é considerado imoral, especialmente em temas relacionados à proteção das crianças e à defesa da família. Esses princípios são frequentemente mobilizados por atores políticos contrários às transformações sociais promovidas por perspectivas progressistas. A modernidade, é perceptível tem provocado descontentamento entre setores cristãos em

relação a pautas sociais associadas ao que o deputado Ricardo Salles (NOVO-SP) denomina “cultura *woke*”. Essa cultura, originada nos Estados Unidos, no âmbito dos movimentos antirracistas, especialmente o *Black Lives Matter*, tem como principais elementos a inclusão social, a defesa dos direitos das minorias étnicas, de gênero e de orientação sexual, além da promoção da diversidade cultural e do combate ao preconceito e à discriminação. Ao estabelecer a preservação da família como eixo central na chamada “guerra cultural”, o conservador sustenta que a transgressão das normas tradicionais ameaça a coesão social, criando entraves significativos à moralidade e ao ordenamento social (Nunes, 2021; Amorim, 2025).

Para Kirk (2021), a família constitui a verdadeira comunidade voluntária, fundada em um senso comum compartilhado. No pensamento conservador, a estrutura familiar é compreendida por intermédio de uma perspectiva situacional da tradição e, assim como outras instituições históricas, é considerada absolutamente indispensável. Os conservadores entendem que, sem a família, nenhum elemento significativo da cultura pode ser preservado, o que possivelmente explica a manutenção da moralidade sob o prisma do ordenamento social. Além disso, a família é vista como uma instituição natural, existente desde sempre, e concebida por alguns pensadores conservadores como um arranjo presente até mesmo em estruturas sociais do reino animal, o que reforça sua centralidade na preservação dos valores tradicionais.

Biroli (2014), expande a compreensão sobre a família ao destacar que sua definição está associada a um conjunto de normas, no sentido de regulação e controle, práticas e valores, os quais possuem um lugar, um tempo e uma história. Trata-se de uma construção de natureza social, em que a institucionalização da ordem acompanha a valorização das escolhas individuais. Nesse contexto, um de seus princípios estruturantes são as relações de gênero, atribuídas a homens e mulheres, cujas características, habilidades e funções são determinadas conforme o sexo. Na família moderna, observa-se a atribuição de referências e padrões normalizadores, que ganham sentido à medida que se afirmam os ideais de individualidade. Ao emergir como principal campo simbólico no universo moral, a família tem se pautado, cada vez mais, por uma espécie de apego a visões idealizadas, ainda que, na prática, exista uma crescente diversidade de arranjos familiares. É importante observar que, embora a família seja frequentemente representada como uma instituição estável e natural, ela é, na verdade, atravessada por disputas políticas e culturais que refletem as transformações sociais em curso. Nesse sentido, Biroli (2014) enfatiza que os arranjos familiares não apenas expressam, mas também reproduzem hierarquias sociais, especialmente no que diz respeito às desigualdades de gênero, classe e sexualidade. Sendo assim, compreender a família como uma construção histórica e social é fundamental para questionar os modelos normativos que ainda predominam no imaginário coletivo.

O avanço da influência religiosa na política tem se consolidado como uma prática recorrente no cenário brasileiro contemporâneo, tanto em termos numéricos, com o aumento da participação de parlamentares religiosos no Legislativo, quanto em termos de conteúdo, ao orientar agendas e narrativas políticas (Alves, 2016; Machado; Burity, 2014). Marcos Pereira (PRB-SP), ao afirmar que os evangélicos, além de constituírem a maioria, são pessoas pacíficas, ordeiras e comprometidas com o bem da nação, reforça a naturalização dessa associação. Segundo ele, embora o partido possua membros vinculados à igreja, esta não interfere nas decisões partidárias. Essa declaração refere-se ao Republicanos (PRB), partido do qual é presidente e que possui alinhamento com raízes cristãs, mantendo uma

relação estreita com o bispo Edir Macedo, fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

O sentimento conservador, ao confrontar as dimensões sociais, estabelece uma lógica beligerante em relação às liberdades individuais, especialmente no que tange às questões de sexo e gênero. O deputado pastor Eurico (PL-PE), ao afirmar que “se é macho, meu filho, vai para o banheiro dos machos. Ah, mas eu me acho fêmea? Vai lá rapidinho fazer teu serviço e volta para a tua vida como tu quiser. Agora, vamos respeitar”, e o deputado Marcos Feliciano (PL-SP), ao declarar que “o sexo masculino no Brasil, o homem hoje tem medo de ser homem. Essa é a verdade. É da natureza do homem galantear, é da natureza do homem conquistar, mas hoje você não pode flertar”, expressam um descontentamento diante do avanço social e da percepção de falta de respeito às diferenças e ao contraditório. É importante mencionar que, segundo o dogma conservador, as noções de natureza remetem a algo que está fora da história, que sempre existiu, é da ordem do divino e, portanto, deve ser preservado.

Neste estudo, adota-se uma concepção de conservadorismo de matriz histórico-moral e político-partidária, conforme discutida por autores como Huk (2018) e Kirk (2021), na qual a moralidade é entendida como fundamento normativo rígido e a preservação das tradições sociais, religiosas e familiares constitui um princípio central. O conservadorismo, nessa perspectiva, apoia-se, conforme demonstrado nas falas desses parlamentares, em alegorias religiosas de cunho normativo para justificar a defesa dos costumes e das regras morais, reforçando a legitimidade de estruturas sociais e valores considerados imutáveis.

Os conservadores que atuam na política têm como elemento essencial a hegemonia do discurso moralizante. O uso da palavra de Deus contribui significativamente para a consolidação de uma agenda pautada em normas rígidas de ordem social. Essa realidade se estabelece a partir da naturalização de discursos de cunho político em templos cristãos. Questionado sobre a concentração de sua base eleitoral, Otoni de Paula (MDB-RJ) foi enfático ao afirmar que ela está nas igrejas, sejam elas católicas ou evangélicas. Contudo, o crescente interesse da igreja não deve se sobrepor às prerrogativas partidárias. A eficácia política institucional não pode ser condicionada ao papel religioso, principalmente considerando a reserva moral da sociedade (Oro, 2003). Ao fazerem do campo religioso uma estratégia de ganho político, os parlamentares tendem a interpretar a laicidade não como um princípio regulador do Estado democrático, mas como um obstáculo que os afasta do enquadramento da fé nas práticas legislativas. Esse tipo de postura amplia o risco de direcionamento político baseado na imposição religiosa, seja na negação da realidade pluridimensional da sociedade, seja no comprometimento da proteção mútua entre Igreja e Estado.

4. Manifestações em torno da tradição

A modernidade tem se constituído a partir da relação dialética com os costumes tradicionais, na medida em que processos de transformação social e cultural tensionam práticas e valores estabelecidos (Manhães; De Malta, 2025). A força de valores e tradições revela não apenas a essência de discursos nacionalistas, mas também um confronto com o processo transformador da modernização, no qual se questiona de que maneira as nações constroem sua legitimidade perante o mundo (Cavalcante, 2026).

Neste artigo, entende-se por tradição as atribuições de herança cultural e força normativa, sobretudo no campo dos costumes, com o objetivo de legitimar práticas do passado, conferindo-lhes o *status* de reconstituições históricas que dão conta da origem de povos, países e pessoas, como uma chave-mestra de explicação e um guia seguro acerca de como se deve proceder no presente. A força desse pensamento reside em sua capacidade de adaptação a novas situações, cuja emergência não anula as tradições, mas as ressignifica, permitindo sua continuidade dentro de contextos modernos e dinâmicos (Roesler, 2008).

Quadro 4: Unidades da categoria tradição

Parlamentares	Unidades de registro
Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)	"[O PL] agora é um partido conservador, de direita. Até as nossas cores estão agora nas cores que sempre deveriam ter sido: verde e amarelo."
Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)	"O PT e a esquerda têm o mesmo discurso desde 1980."
Marcos Feliciano (PL -SP)	"O mundo pós-modernidade, hoje eu já até chamo de pós-verdade, porque a verdade agora é relativa. O relativismo desgraçou tudo. Nós fomos insuflados por uma série de filosofias modernas e mundanas que estão destruindo o caráter cristão."
Marcos Feliciano (PL -SP)	"A tal da violência verbal, do assédio moral, é muito relativa; ampliou-se demais. Eu tenho questionamentos sobre isso."
Marcos Feliciano (PL -SP)	"O movimento LGBT é muito cruel. É um movimento que, quando mira uma pessoa, não tem piedade."
Marcos Feliciano (PL -SP)	"O cristianismo, em nome da paz, abriu concessões. Ao abrir concessões, fomos perdendo força; fomos perdendo o patriarcado."
Delegada Ione (AVANTE-MG)	"Se nós temos um estado machista, se nós temos um país machista, no norte de Minas, isso é muito pesado."
Delegada Ione (AVANTE-MG)	"A mulher, quando atinge cargos e espaços públicos, é testada o tempo todo, porque, para uma mulher corrupta, ou para uma mulher que desenvolve bem seu trabalho, a repercussão é muito maior do que para um homem. Somos mais vigiadas, mais cobradas."

Danielle Cunha (UB-RJ)	"Acredito, como grande defensora, na pauta dos costumes."
Coronel Assis (UB - MT)	"O que protege o cidadão de não ser morto pelo vagabundo é o vagabundo na cadeia, é o vagabundo cumprindo a pena dele lá."
Coronel Assis (UB - MT)	"Bolsonaro hoje é um dos maiores, se não o maior símbolo do pensamento conservador e da direita brasileira."
Kim Kataguirí (UB - SP)	"Na perspectiva conservadora, existe um pacto entre aqueles que já morreram e deixaram tudo o que nós temos hoje: os bens materiais, as instituições, os costumes e por aí vai."
Kim Kataguirí (UB - SP)	"É mais fácil convencer as pessoas a conservarem e preservarem o seu território nacional, o seu bairro, a sua comunidade, pelo sentimento de pertencimento, do que criar um grande acordo global."
Kim Kataguirí (UB - SP)	"Se você perguntar para o Bolsonaro quem foi o primeiro autor conservador, ele vai falar 'sei lá, Olavo de Carvalho'. Passou a mil quilômetros de Burke, de Russell Kirk, até Kid Lacerda, não precisa ir muito longe. Não tem a menor ideia do que se trata o conservadorismo, o liberalismo ou a direita."
Kim Kataguirí (UB - SP)	"Eu já ouvi de um ex-ministro do Bolsonaro que um sujeito como Bolsonaro, com o perfil dele, com o pensamento que ele tem sobre as mulheres e que se divorciou duas vezes, jamais ia apoiar uma mulher para a presidência da República."
Kim Kataguirí (UB - SP)	"Quando a gente fala de mudança radical, estou falando de uma nova constituição. Com essa constituição, não é possível ter a legislação dura como a gente precisa."
Marcos Pereira (PRB - SP)	"O programa do nosso partido político, como você já mencionou, já no preâmbulo manifesta que é um partido conservador nos costumes e liberal na economia."
Otoni de Paula (MDB - RJ)	"Nós [referindo-se a Bolsonaro] defendemos ideais e bandeiras que nos unem."
Otoni de Paula (MDB - RJ)	"A política não corrompe ninguém; a política só revela quem já é corrompido. Quem se corrompe na política se corrompe no altar da igreja, onde eu sou pastor."
Ricardo Salles (NOVO - SP)	"A esquerda soube, com a teoria de Gramsci, ocupar as universidades, o jornalismo, a academia, as escolas e tal, e foi demonizando os termos direita, liberal, conservador."
Ricardo Salles (NOVO - SP)	"As pessoas não têm coragem de se assumir de direita, mas o mundo inteiro tem direita e esquerda. Não pode ser só o Brasil o único país do planeta em que você só tem esquerda e centro-esquerda. Não tem cabimento."
Ricardo Salles (NOVO - SP)	"Essa visão, que agora já está superada, de que você vai mudar o Brasil sem entrar na política, só com a formação, a doutrina e a disseminação de ideias, e que a sociedade organicamente vai forçar uma mudança orgânica, isso não existe. Isso é de uma inocência completa. Aí está a razão de ir para a política."
Ricardo Salles (NOVO - SP)	"Você tinha essa visão romântica da esquerda. Uma parte é romântica, uma parte é filha da puta mesmo, está querendo fazer isso para tirar proveito político. De que o bandido é vítima do processo social e o problema é a polícia, que é violenta. Não é verdade."
Messias Donato (PRB - ES)	"Nós queremos que o Brasil viva uma democracia, não uma democracia relativa. E, se nós não tomarmos cuidado, daqui a pouco vamos nos tornar uma Venezuela."

Fonte: Quadro elaborado pelos autores (2025).

Discursos como os apresentados no Quadro 4 refletem uma tendência de viés tradicional que, segundo os parlamentares envolvidos, protege e sustenta a sociedade diante da expansão de um pensamento mais progressista. O conservadorismo, nesse cenário, pode ser compreendido como um sentimento de legitimação dos costumes, que se entrelaçam com as dimensões sociais, especialmente em contextos marcados por relações de poder e obrigações coletivas, como no campo político. O debate sobre religião e segurança pública vem ganhando destaque em relação a outros temas do campo conservador, consolidando-se como uma de suas principais bandeiras. Ao se apropriar da retórica do “não descumprimento das leis e regras”, em nome da preservação da ordem tradicional, os conservadores

constroem uma base sólida de apoio entre os que defendem medidas mais punitivas. A naturalização dessas pautas dentro desse espectro político ocorre, em grande parte, devido à hegemonia da força como mecanismo central de combate a práticas consideradas desviantes. O fortalecimento do campo conservador tem sido impulsionado pela defesa da tradição e por demandas de mudança baseadas em reivindicações de soberania popular, frequentemente articuladas por meio de apelos a valores políticos e religiosos. Essa dinâmica se alinha a um modelo discursivo que enfatiza a fundamentação ideológica como princípio estruturante. As falas do deputado Ricardo Salles (NOVO-SP), apresentadas a seguir, evidenciam esse processo:

[...] A esquerda soube, com a teoria de Gramsci, ocupar as universidades, o jornalismo, a academia, as escolas e tal, e foi demonizando os termos direita, liberal, conservador (Ricardo Salles, NOVO-SP).

[...] As pessoas não têm coragem de se assumir de direita, mas o mundo inteiro tem direita e esquerda. Não pode ser só o Brasil o único país do planeta em que você só tem esquerda e centro-esquerda. Não tem cabimento (Ricardo Salles, NOVO-SP).

[...] Essa visão, que agora já está superada, de que você vai mudar o Brasil sem entrar na política, só com a formação, a doutrina e a disseminação de ideias, e que a sociedade organicamente vai forçar uma mudança orgânica, isso não existe. Isso é de uma inocência completa. Aí está a razão de ir para a política (Ricardo Salles, NOVO-SP).

Ao refletir sobre a dicotomia entre esquerda e direita e seu impacto no campo social, o deputado afirma que a política continua sendo o espaço hegemônico, capaz de promover mudanças reais na sociedade. Para ele, a doutrina e a disseminação de ideias não são suficientes para gerar transformações efetivas, sendo essencial a inserção do sujeito no processo político, elemento que, segundo ele, possui maior relevância em termos de viabilidade concreta de mudança. Esse processo decisório e legítimo de poder, além de garantir a representatividade dos eleitos, confere ao sujeito a prerrogativa de ter suas opiniões consideradas e levadas adiante.

O campo conservador, como demonstrado nos excertos acima, argumenta que os progressistas, ao monopolizarem as relações sociais, buscam controlá-las em benefício de suas agendas partidárias, enfraquecendo a diversidade de perspectivas e a autonomia de grupos que se opõem a seus valores. Desse modo, os conservadores afirmam, repetidamente em seus discursos, que existem ambientes em pleno funcionamento que favorecem esse campo ideológico em várias esferas da sociedade. Entre eles, salientam-se as universidades, alvo de críticas, os meios de comunicação, acusados de falta de isonomia e imparcialidade, e as escolas, frequentemente acusadas de doutrinação.

Para os conservadores, esses espaços estão constantemente promovendo uma agenda que, na visão do parlamentar, contraria os princípios da ordem neoliberal defendida pelo conservadorismo (Oliveira; Lins, 2016). Ao tratar da incidência conservadora sob a perspectiva daqueles que se identificam com essa ideologia, o deputado Kim Kataguirí (UB-SP) apresenta reflexões de cunho conceitual. O parlamentar menciona o ex-presidente Jair Bolsonaro, que, segundo o deputado Coronel Assis (UB-MT), é um dos maiores, senão o maior, símbolos do pensamento conservador e da direita brasileira, como um sujeito sem uma compreensão ampla sobre o próprio conservadorismo. Nesse sentido, argumenta que Bolsonaro teria se apoiado em discursos retóricos para ser reconhecido como conservador, mesmo sem possuir um entendimento aprofundado de sua conceituação.

As pautas de costume, vinculadas ao campo conservador, costumam privilegiar a defesa de setores com ampla adesão a valores tradicionais, como o patriarcado, a centralidade da família, o caráter moral e os modelos normativos de conduta. O excerto da deputada Delegada Ione (AVANTE-MG), “se nós temos um Estado machista, se nós temos um país machista, no Norte de Minas isso é muito pesado”, juntamente com a fala da deputada Danielle Cunha (UB-RJ), “acredito, como grande defensora, na pauta dos costumes”, fundamenta essa constante reafirmação do conservadorismo. Tais posicionamentos evidenciam que, muitas vezes, a própria mulher pode ser colocada em segundo plano pela força do patriarcado e pelas garantias normativas impostas pela sociedade, especialmente no âmbito das chamadas “pautas de costumes”.

Não se pode traçar uma definição conceitualmente precisa do termo conservadorismo, mas é possível alinhá-lo às reflexões de grandes teóricos e pensadores que se dedicaram a compreendê-lo. Para Kirk (2021), o conservadorismo pode ser associado a uma postura marcadamente cética, além de teorias que valorizam a sabedoria tradicional. Trata-se de uma doutrina política alicerçada na convicção de princípios previamente debatidos e ancorados no espaço público.

O conservadorismo pode ser compreendido, assim, tanto como um sentimento e um estilo de vida quanto como uma expressão sustentada pelos costumes e valores sociais. Um exemplo dessa realidade se constitui na fala do deputado Marcos Feliciano (PL-SP), ao enfatizar que “o cristianismo, em nome da paz, abriu concessões. Ao abrir concessões, fomos perdendo força; fomos perdendo o patriarcado”. Esse pensamento integra uma noção de que há uma espécie de Deus vingador que não faz concessões, reafirmando a perspectiva conservadora de resgate e preservação de valores considerados sagrados e inegociáveis na estrutura moral da sociedade.

Em outro momento, Kim Katagiri (UB-SP) aborda a influência do pensamento conservador como uma importante herança de pertencimento, propondo a ideia de um pacto entre aqueles que já partiram e deixaram para nós tudo o que temos hoje: os bens materiais, as instituições, os costumes, entre outros. Quando questionado sobre a possibilidade de mudanças e como elas poderiam ser vistas sob uma perspectiva radical, o parlamentar afirma: “Quando a gente fala de mudança radical, estou falando de uma nova Constituição. Com essa Constituição, não é possível ter uma legislação dura como a gente precisa”. Para ele, a criação de uma nova carta magna seria a base para a implementação de uma ordem mais rígida, alinhada aos valores conservadores, permitindo um controle mais efetivo das transformações sociais. É interessante observar o deputado defender a proposta de uma nova Constituição sob uma ótica radical por dois motivos: (a) por se identificar como conservador; e (b) por afirmar defender as instituições e normas vigentes. O conservadorismo, em sua essência, tende a criticar a funcionalidade do radicalismo. Esse posicionamento do parlamentar revela, portanto, uma certa volatilidade interna ao próprio movimento conservador.

As tensões políticas geradas pelo alinhamento conservador resultam em variações na definição dessa ideologia. As falas dos deputados Messias Donato (PRB-ES), “Nós queremos que o Brasil viva uma democracia, não uma democracia relativa. E, se não tomarmos cuidado, daqui a pouco vamos nos tornar uma Venezuela”, e Marcos Feliciano (PL - SP), “O movimento LGBT é muito cruel. É um movimento que, quando mira uma pessoa, não tem piedade”, reforçam a ideia do medo, sugerindo que, se não houver alinhamento com o que é considerado legítimo dentro da política e das percepções individuais, a democracia estaria

em risco. A partir da primeira fala, observa-se uma crescente resistência ao multilateralismo, que, embora questionado por aqueles que defendem uma abordagem protecionista, com viés nacional, oferece maior diversidade nas relações internacionais entre os países.

Na segunda fala, percebe-se a compreensão que predomina entre aqueles que se opõem à agenda de caráter interseccional, especialmente no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, frequentemente tratadas como tabus e associadas à desordem moral. A persistência desse posicionamento busca legitimar tais temas como inimigos da prudência no âmbito social. Como reação, o campo conservador tende a vinculá-los à ideia de degradação, alimentando os chamados pânicos morais. Ao fomentar um discurso de antimodernidade, no qual rejeita os avanços e valores associados ao mundo moderno, como a pluralidade, a liberdade individual e a relativização de normas, o deputado Marcos Feliciano (PL - SP), durante a entrevista, utiliza uma retórica de deslegitimação para reforçar a defesa da ordem tradicional, alinhando-se à lógica do campo conservador e vinculando-a às garantias sociais. Ao desqualificar os avanços promovidos pela modernidade e tratar a relatividade como um fator de ameaça, o parlamentar destaca o cristianismo como uma das principais áreas afetadas. Nesse cenário, a religião, em consonância com o conservadorismo, passa a ser caracterizada pela resistência às mudanças, não admitindo desvios em relação à norma, o que evidencia um movimento reativo diante das transformações sociais e culturais em curso.

É importante sublinhar duas perspectivas em relação ao tom discursivo do campo progressista, ambas alinhadas às questões de cunho social. De um lado, Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) afirma: “O PT e a esquerda têm o mesmo discurso desde 1980”. De outro, Reginaldo Lopes (PT - MG) declara: “Ele [governo] tem que fazer a reconstrução a partir da união. Ele tem que ouvir o país”. Essas posições revelam uma tensão entre a crítica à certa estagnação retórica e conceitual da esquerda e o reconhecimento da necessidade de diálogo e reconstrução. A falta de renovação no discurso tem se mostrado um dos principais temas em debate nos canais do campo progressista.

Ao insistirem nas mesmas defesas e repertórios argumentativos de décadas anteriores, desconsiderando as novas dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas, muitos de seus representantes acabam por soar distantes das demandas atuais da população. Isso não apenas fragiliza sua conexão com parte do eleitorado, como também abre espaço para que os setores conservadores e populistas se apropriem de pautas sensíveis, como segurança, família, fé e pertencimento, ressignificando-as consoante a suas próprias agendas. A ausência de atualização discursiva limita a capacidade de mobilização social do campo progressista e contribui para o avanço de narrativas que, embora simplificadas, têm se mostrado mais eficazes em capturar o sentimento coletivo de mudança e urgência.

No campo progressista, a persistência de repertórios argumentativos tradicionais e a dificuldade em incorporar novas demandas sociais e culturais refletem não apenas uma estagnação discursiva, mas também desafios de articulação política e simbólica mais amplos. A insistência em narrativas consolidadas ao longo de décadas, muitas vezes desvinculadas das experiências cotidianas da população, contribui para a percepção de distância em relação às mudanças sociais, como avanços em direitos civis, diversidade de gênero e pluralidade religiosa. Essa desconexão não se limita ao plano da comunicação, mas se manifesta também na dificuldade de construir consensos amplos e engajar diferentes setores da sociedade, enfraquecendo a capacidade do campo progressista de disputar agendas sensíveis e gerar mobilização social efetiva. Ao mesmo tempo, essa situação evidencia que a atuação da

esquerda não é homogênea: enquanto algumas lideranças buscam atualizar seus discursos e se aproximar das demandas emergentes, outras mantêm uma ênfase nas bandeiras históricas, criando tensão interna sobre prioridades e estratégias de comunicação (Costa, 2009).

Além da estagnação retórica do campo progressista, é necessário considerar a atuação estratégica do conservadorismo na arena política. O fortalecimento da direita conservadora não se explica apenas pelas fragilidades discursivas da esquerda, mas também pela capacidade de mobilizar símbolos religiosos de ampla ressonância social, como “Deus, Pátria e Família”, e de associá-los a pautas morais de alta sensibilidade pública. Essa ação não é meramente reativa; configura-se como um processo deliberado de construção hegemônica, no qual valores, narrativas e emoções coletivas são articulados para gerar legitimidade e influência política.

Ao explorar o apelo moral e religioso, os setores conservadores estruturam disputas simbólicas que representam percepções sobre o certo e o errado, reforçando sua presença na esfera pública e direcionando o debate político de maneira que transcende a simples ocupação de espaços legislativos. Essa dinâmica evidencia que a consolidação do campo conservador envolve tanto estratégias comunicacionais quanto construção normativa, revelando um cenário de disputa ativa de sentidos e prioridades sociais (Cunha, 2019).

Considerações finais

Os achados deste artigo evidenciam que o conservadorismo articulado no âmbito da FPE se manifesta como uma força multidimensional, capaz de combinar estratégias políticas, mobilização religiosa e apelos morais para consolidar sua influência no Congresso Nacional, entre 2023 e 2025. Os parlamentares analisados, com inserções diferenciadas na FPE, utilizam retóricas fortemente vinculadas à defesa da família, à moralidade tradicional, à soberania nacional e à centralidade da fé cristã na vida e no ordenamento político, configurando uma narrativa que legitima e reforça normas sociais percebidas como imutáveis. Ao mesmo tempo, observa-se que essa atuação não se articula apenas para combate de fragilidades discursivas do campo progressista, mas se estrutura como um processo ativo de construção hegemônica, no qual símbolos religiosos e morais são mobilizados para sustentar agendas políticas concretas e sensíveis à percepção pública.

A combinação de pragmatismo legislativo, rigor moral e apelo simbólico mostra-se eficaz na ampliação da base de apoio, na definição de pautas prioritárias e na consolidação de uma presença política influente, capaz de representar, de modo hegemônico em algumas conjunturas, o debate sobre valores e normas sociais. A pesquisa contribui para o entendimento de como a articulação entre política, religião e conservadorismo produz efeitos concretos na configuração do espaço legislativo, ao mostrar de que maneira práticas discursivas e simbólicas são instrumentalizadas para legitimar projetos políticos e sustentar visões de mundo normativas, em um contexto contemporâneo marcado por tensões entre tradição e modernidade.

Avançar no discurso inflamado tem sido uma estratégia importante do campo conservador, fenômeno que, como evidenciado nas análises registradas, expande-se pelos mais variados nichos da sociedade, utilizando redes sociais. Ao se aproximar de áreas como a religiosidade, e de temas com grande adesão popular, como a oposição ao aborto e a defesa

de maior rigidez e punição na segurança pública, o campo conservador angaria cada vez mais apoio.

Os conservadores, ao ampliarem seu discurso e consolidarem novas frentes de atuação, encontram-se um passo à frente, uma vez que sua abordagem tende a oferecer respostas simplistas, porém concretas, a problemas sociais complexos. Isso se refere ao fato de que os conservadores, frequentemente, apresentam soluções diretas e práticas para questões como segurança, família e moralidade, que são de fácil compreensão e implementação, mesmo que essas respostas não envolvam uma análise profunda das causas estruturais dos problemas, e pouco contribuam, a médio e longo prazo, para sua minimização ou solução. As proposições do campo conservador em geral elegem um inimigo a ser combatido, em dado problema social, e fazem da sua punição objeto de políticas públicas. Esse pragmatismo ressoa bem ao anseio de muitos eleitores, que buscam respostas rápidas e tangíveis, especialmente em tempos de crise ou incerteza social. Ao construir um inimigo visível que estaria causando o problema – os imigrantes, a população LGBTI+, as feministas, os moradores de rua, os traficantes, os criminosos, os políticos corruptos, a mídia televisiva, os jornalistas – e propor medidas para punição de tais grupos, as questões sociais ganham aparente simplicidade, e os partidos e atores sociais que defendem tais medidas aparecem como lideranças políticas eficazes e comprometidas.

Observou-se que o vínculo com o conservadorismo está associado a uma forte presença das questões relacionadas à família, à moralidade, à tradição e à matriz religiosa de cunho cristão. Essas pautas ganham força diante da suposta necessidade de combater desvios em relação às normas e valores herdados, censurando-se aquilo que, segundo os fundamentos dessa ideologia, é considerado imoral. Ao estabelecer a preservação desses temas como eixo central na chamada “guerra cultural”, o pensamento conservador sustenta que a transgressão das normas tradicionais ameaça a coesão social, criando entraves significativos à moralidade e ao ordenamento social.

Ao se identificarem como evangélicos, muitos fiéis passam a interpretar comportamentos, que escapam às normas morais e doutrinárias de suas comunidades, como práticas relacionadas à sexualidade, ao gênero, ou mesmo a modos de vida considerados “mundanos”, como desvios inaceitáveis. Essa dinâmica contribui para a consolidação de uma rigidez moral que demarca fronteiras entre o que é admitido e o que é condenado nesses espaços. O fortalecimento do campo conservador tem sido impulsionado pela defesa da tradição e por demandas de mudança baseadas em reivindicações de soberania popular, frequentemente articuladas por meio de apelos a valores políticos e religiosos. Nesse cenário, a religião e a adesão política, em consonância com o conservadorismo, passam a ser caracterizadas pela resistência às mudanças, não se admitindo desvios em relação à norma, o que evidencia um movimento reativo diante das transformações sociais e culturais em curso.

Embora composta por diferentes partidos e tradições religiosas, a FPE contribui para a consolidação do conservadorismo, tensionando o princípio da laicidade e reforçando a hegemonia de discursos moralizantes no cenário político nacional. Ao tematizar questões como política e religião, com o objetivo de monopolizá-las como ferramentas discursivas de imposição ideológica, o pensamento conservador identifica nesses campos dois grupos de grande apelo popular, cuja eficácia se dá por meio do sentido religioso e, em alguns casos, político. No contexto brasileiro, observa-se um processo de redefinição política, no qual as ideologias conservadoras se fortalecem e buscam não apenas preservar, mas expandir sua

influência sobre as estruturas do Estado, da sociedade e das instituições democráticas, ampliando o processo de autocratização dos regimes políticos.

Referências

- AFP. Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias. **UOL Internacional**, Rio de Janeiro, 24 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/09/24/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias.htm>. Acesso em: 05 set. 2025.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.
- ALVES, Syntia Pereira. Mídia, democracia e a presença dos neopentecostais na política brasileira. **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, p. 1-14, 2016.
- AMORIM, Wellington Lima. Cultura woke no divã: uma análise psicanalítica dos mecanismos de defesa no racismo estrutural. **Profanações**, v. 12, p. 518-534, 2025.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Repensando la investigación-acción-participativa**. Buenos Aires: Grupo editorial Lumen Hvmanitas, 2003.
- BARBOSA, Sara Marina. Irene Lisboa e as ficções de género do Estado Novo. **Via Atlântica**, v. 19, n. 1, p. 37-60, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 15-66.
- CASCIONE, Silvio; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72, p. e005, 2019.
- CASTRO, Yane Vieira Couto. **A comunicação com o candidato da geração Y em termos de recrutamento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- CAVALCANTE, Ronaldo de Paula. Religião na modernidade, democracia e a tentação nacionalista. **TEOCON-Revista Teologia Contextual**, v. 2, p. e026001-e026001, 2026.
- CNN Espanhol. Relembre polêmicas envolvendo Giorgia Meloni, futura primeira-ministra da Itália. **CNN Brasil**, 26 set. 2022. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mussolini-foi-um-bom-politico-e-outras-situacoes-polemicas-de-giorgia-meloni/>. Acesso em: 05 set. 2025.

CORRÊA, Sonia *et al.* **Ofensivas Antigênero no Brasil**: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>. Acesso em: 7 set. 2025.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009.

CUNHA, Magali do Nascimento. Os processos de mediação das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. **Revista Famecos**, v. 26, n. 1, p. e30691-e30691, 2019.

DAMÉ, Luiza. Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso. **Agência Brasil**, Brasília, 18 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>. Acesso em: 11 jul. 2025.

DUTRA, Roberto. Religião, moralização e política: um diagnóstico sistêmico. **Estudos de Sociologia**, v. 26, n. 51, 2021.

FORNADA contra judeu e ebola para imigração: as falas polêmicas de Le Pen. **UOL Internacional**, 07 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/01/07/declaracoes-polemicas-de-le-pen-o-pai-da-extrema-direta-francesa.htm>. Acesso em: 06 set. 2025.

G1. Maioria na Câmara se declara católica; número de evangélicos cresce. **G1 Política**, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/27/maioria-na-camara-se-declara-catolica-numero-de-evangelicos-cresce.ghtml>. Acesso em: 06 set. 2025.

GERSHON, Debora. Atuação da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados. **Observatório do Legislativo Brasileiro**, Brasília, 24 maio 2022. Disponível em: <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

GOMES, Edlaine; BIZARRIA, Julio; BAPTISTA, Juliana. Política e religião: Bolsonaro sob o olhar da construção de um “mito”. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 23, n. 01, p. 66-93, 2024.

HUK, Mayra. O conservadorismo da extrema-direita na contemporaneidade. **Humanidades em Perspectivas**, v. 2, n. 2, 2018.

HUNGARIAN PM promises to defend Christian values in Europe. **CNE News**, 05 ago. 2022. Disponível em: <https://cne.news/article/1533-hungarian-pm-promises-to-defend-christian-values-in-europe?utm.com>. Acesso em: 05 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país. **Agência de notícias**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de>

noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais. Acesso em: 08 ago. 2025.

ISER. Instituto de Estudos da Religião. **Um Brasil mais plural: reflexões sobre os dados de religião do Censo 2022**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://iser.org.br/wp-content/uploads/2025/07/ISER-Um-Brasil-mais-plural-reflexoes-sobre-os-dados-de-religiao-do-censo-2022>. Acesso em: 7 set. 2025.

KIRK, Russell. **Breve manual de conservadorismo**. São Paulo: Trinitas, 2021.

LOPES, Mauricio Nazarete; RIBEIRO, Paula Regina Costa; VARGAS, Juliana Rodrigues de. Ser homem nas quebradas: um olhar sobre videocliques de grupos musicais de rap e rock do sul do Brasil. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 39, n. 121, e14408, 2024.

LUNA, Naara. Conservadorismo na política no governo Bolsonaro: novas articulações, valores religiosos e pauta de costumes. **Cultura y religión**, v. 17, 2023.

LUTZ, Eric. Donald Trump Claims He Was “Saved by God” in Thundering, Dark Inaugural Address. **Vanity Fair**, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/news/story/donald-trump-claims-divine-mandate-in-dark-inaugural-address?ut.com>. Acesso em: 05 set. 2025.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MANHÃES, Matheus Fernandes; DE MALTA, Maria Mello. A modernidade da ideia de cultura no Brasil do modernismo. **Revista Scientiarum História**, v. 1, n. 1, p. e480-e480, 2025.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. **A política evangélica: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. In: Encontro regional de história da Anpuh, 16., 2014. Anais [...]. 2014.

NASCIMENTO, Gilberto (Coord.). Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54477>. Acesso em: 23 jul. 2025.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NUNES, Adailton Antônio Galiza. **Campanha da Fraternidade: uma política da Igreja Católica para o Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; LINS, Mônica Regina Ferreira. Conservadorismo político e a luta antirracismo na educação: novos e velhos cenários. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 8, n. 19, p. 156-176, 2016.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 53-69, 2003.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do Domínio: Uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 76, p. 147-173, 2023.

POSSMOZER, Michelli de Souza. **Modos de atuação da frente parlamentar evangélica do Congresso Nacional (2015-2020): a busca por uma hegemonia cristã no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Rio de Janeiro, 2024.

PINHEIRO, Viviane Potenza Guimarães. Preconceito, moralidade e educação moral para a diversidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 215-233, 2011.

RANDALL, Holly *et al.* Media framing of far-right extremism and online radicalization in esports and gaming. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 11, n. 1, p. 1-10, 2024.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2008.

RIBEIRO, Guilherme Leite. **Bancada BBB: limites e possibilidades para determinar quem a compõe**. Informação legislativa: Senado Federal, 2024a.

RIBEIRO, Guilherme. “Petelecos na FPN”: O Globo contra a Frente Parlamentar Nacionalista. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 79, p. 286-316, 2024b.

ROESLER, Carlos Eduardo Noronha. **Nacionalismo, tradição e modernidade**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

STOCKING, Galen. **America’s news influencers**. Pew Research Center, 2024.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. **Estudos de religião**, v. 27, n. 1, p. 177-201, 2013.

TADDEO, Luciana. Candidatos de extrema direita surpreendem em campanhas da Argentina e do Chile. **CNN Brasil**, 13 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/candidatos-de-extrema-direita-surpreendem-em-campanhas-da-argentina-e-do-chile/>. Acesso em: 05 set. 2025.

TONIOL, Rodrigo. Censo de 2022 e religião no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 31, n. 72, p. e720701, 2025.

TÓTORA, Silvana. Foucault: biopolítica e governamentalidade neoliberal. **Revista de Estudos Universitários-REU**, v. 37, n. 2, 2011.

VERNER, Afonso Ferreira. Meu candidato está online? Uma análise do uso de ferramentas de campanha digital nas capitais brasileiras em 2020. In: SANGALLI Amanda F. et al. (Ed.). **Desigualdade e ciência política**, Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, Universidade Federal do Paraná, 2021, p. 38-77.

XAVIER, Donizete. Teologia do domínio: a influência religiosa e o perigo da imagem do caos. **Teocomunicação**, v. 54, n. 1, p. e46944-e46944, 2024.

Recebido em 12/01/2026

Aceito em 23/03/2026